

Indiscernibilidad e informalidade: formas contemporâneas da acumulação capitalista.

Luzmila Costhek Abílio.

Cita:

Luzmila Costhek Abílio (2007). *Indiscernibilidade e informalidade: formas contemporâneas da acumulação capitalista*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1347>

Indiscernibilidade e informalidade: formas contemporâneas da acumulação capitalista

Ludmila Costhek Abílio

GT Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Resumo

Esse paper tem como proposta uma investigação sociológica sobre a atual indiscernibilidade das relações de produção e de distribuição que têm lugar em São Paulo. A metrópole é compreendida como o lugar da espacialização e da possível visibilidade do processo produtivo. Assim, as reconfigurações do trabalho no espaço urbano orientam a reflexão. A pesquisa desenvolve-se baseada em um estudo empírico sobre a análise da linha de produção de uma empresa brasileira de cosméticos e sua relação de trabalho com mais de 500 mil revendedoras de seus produtos. Tem-se como linhas centrais: 1. A precarização e a flexibilização do trabalho. 2. O trabalho informal, problematizado tanto por sua indefinição conceitual quanto por sua centralidade na acumulação nos dias de hoje. 3. As atuais impossibilidades do reconhecimento do trabalho e do trabalhador no processo produtivo. Questões que formam o campo de reflexão sobre desemprego, relações de produção e acumulação. Portanto, partindo-se da atual dificuldade teórica de delimitar o lugar do trabalhador nas relações de produção, busca-se demarcar o deslocamento de referências que já puderam orientar a teoria, tendo-se o urbano como o espaço empírico dessas reconfigurações. Num contexto de transnacionalização da acumulação capitalista que se realiza fundamentalmente na metrópole, busca-se, dessa forma, traçar caminhos da reflexão sobre as relações entre desigualdade social e a acumulação capitalista. O trabalho empírico visa, dessa forma, observar e reconhecer atuais formas de precarização e não reconhecimento do trabalho nas suas formas contemporâneas.

Palavras-chave: informalidade, precarização do trabalho, sistema de vendas diretas.

Introdução

Este *paper* propõe uma discussão sobre relações de trabalho que não passam por qualquer tipo de regulação e que até mesmo não são reconhecidas enquanto tais. Para tanto, o texto desenvolve-se em três momentos: da problematização a partir de um estudo empírico de uma empresa de cosméticos; da discussão sobre a precarização do trabalho e mais essencialmente sobre o debate sociológico que gira em torno do trabalho informal; para chegar à conclusão, na qual propõe-se uma reflexão sobre as atuais indiscernibilidades que formam o campo da relação entre trabalho e acumulação capitalista no espaço urbano.

A pesquisa empírica é recente, valendo ressaltar que os dados e impressões aqui apresentados apontam para um estudo maior, ainda a ser desenvolvido. Dessa forma, o trabalho de campo demanda entrevistas aprofundadas, assim como observações das relações de produção dessa empresa que ainda não foram mapeadas. No entanto, as relações de

trabalho informalizadas dessa empresa estão tão presentes e tão explícitas na cidade de São Paulo que esses meses de pesquisa já nos permitem uma certa elaboração e análise.

Quanto ao trabalho teórico, toda a discussão gira em torno da dificuldade sociológica de hoje nomear a atualização de antigas formas de precarização do trabalho, assim como o surgimento de novas. Dificuldade esta que está relacionada com as reconfigurações do trabalho que hoje dão novos contornos – nem sempre reconhecíveis – à relação entre exploração do trabalho e acumulação capitalista.

O campo empírico

Esta pesquisa tem como foco mulheres que se tornaram revendedoras de uma das maiores indústrias de cosméticos do Brasil. Essa empresa está entre as 150 maiores receitas do país, alcançando lucros que ultrapassam os 400 milhões de reais. Com algumas filiais na América Latina, no ano passado estendeu sua distribuição para a Europa. Optamos por centrar o trabalho de campo na cidade de São Paulo, ainda que essas revendedoras estejam presentes nas mais diversas cidades do país, na maioria dos bairros das grandes cidades, mas também nos vilarejos e pequenos municípios brasileiros¹.

No Brasil, atualmente mais de 500 mil pessoas são “consultoras” da empresa, isto é, revendem seus produtos sem qualquer tipo de contrato. Existem algumas lojas no país, mas a maior parte da distribuição da produção passa pelas consultoras. Mulheres, das mais variadas idades e condições sociais, formam esse universo de “vendedoras independentes”. Pessoas com as mais diversas ocupações: trabalhadoras domésticas, assalariadas, com carteira registrada, sem carteira, mulheres com baixo rendimento, com rendimentos médios, aposentadas, entre outras. Enfim, variam de desempregadas que têm a revenda dos cosméticos como sua atividade principal a empregadas que apenas complementam sua renda com essa atividade.²

¹ Fazendo turismo, nos deparamos com as revendedoras no vilarejo onde “o Brasil faz a curva”. Perto de Natal, capital do Rio Grande do Norte, uma vila de dois mil habitantes. Casas precárias, ruas de terra. Os homens sentados nas varandas da casa já pela manhã indicam o alto índice de desemprego, de um lugar que vive da pesca e da espera do turismo que ainda não chegou fortemente. Entre igrejas evangélicas, igrejas católicas, e o comércio, estão algumas garagens que se tornaram “vendinhas”, o papel escrito a mão anuncia que ali são vendidos os produtos da marca pesquisada. Há um centro da empresa em Natal que garante que os pedidos sejam entregues para essas mulheres.

² Um viés importante da análise é a questão de gênero, dado que essa é uma atividade exercida apenas por mulheres. Por ora não nos adentraremos nessa discussão.

Essa empresa hoje combina a inovação tecnológica com uma intensa desregulamentação das relações de trabalho. É possível se observar tanto as inovações tecnológicas, modernização da produção e alto investimento em Pesquisa e Desenvolvimento; como a relação de trabalho de milhares de desempregadas, sub-ocupadas, enfim, de um universo heterogêneo de pessoas que trabalham para a empresa sem qualquer tipo de vínculo formalizado, e que se inserem nas mais diversas redes de trabalho da cidade.

A pesquisa empírica é recente e ainda em andamento, portanto, as reflexões aqui apresentadas baseiam-se em um estudo que está em fase inicial. Nesses meses de pesquisa, conversamos com algumas consultoras e ex-consultoras, observamos a relação de trabalho em alguns locais em que essas mulheres atuam, além de pesquisarmos artigos de revista e sites da internet. De saída já fica explícita a dificuldade em mapear e delimitar um perfil das vendedoras. A total ausência de regulação aliada a heterogeneidade do universo da pesquisa já aponta para o fato de que essas mulheres apresentam diferentes condições socio-econômicas assim como trajetórias ocupacionais.

Nos últimos 10 anos a empresa apresenta um crescimento em seu faturamento. Nos anos 90 internacionalizou sua distribuição para Peru, Bolívia, Argentina, Chile e México. Em 2005 abre uma loja na Europa. Sua produção permanece sediada no Brasil. Em 2001 a empresa inaugura o maior centro de pesquisa e desenvolvimento em cosméticos da América Latina, próximo a cidade de São Paulo. A estratégia da empresa se baseia na constante renovação de seus produtos, edificando a imagem de uma empresa brasileira que investe em pesquisa e tecnologia e que “não para no tempo” (slogan de um de seus principais produtos). Atualmente, tem projetos de pesquisa de desenvolvimento de cosméticos em parceria com universidades públicas, financiados por agências paulistas de fomento a pesquisa.

A empresa desenvolve uma forte estratégia de marketing, apoiada no desenvolvimento sustentável e na responsabilidade social. Seus produtos têm como característica serem feitos a base de produtos naturais vindos da flora brasileira. Anualmente, recebe prêmios de responsabilidade social, tais como do Valor social. Tem parcerias com ONGs pelo Brasil, voltadas para alfabetização, artesanato, capacitação de jovens. Algumas parcerias são direcionadas para o trabalho com cooperativas no Norte e Nordeste do país. Vários desses projetos baseiam-se no trabalho voluntário das consultoras (Site Valor).

O sistema de distribuição é majoritariamente baseado na relação com as consultoras. Cada produto tem uma pontuação que corresponde ao seu preço, a vendedora só pode efetuar o pedido quando totalizar aproximadamente R\$200. São feitos os pedidos, a empresa os entrega as consultoras, essas têm até 21 dias para efetuar o pagamento. A distribuição dos produtos é garantida por todo o Brasil, em mais de 4.500 municípios (site da empresa).

Ao consultarmos o site da empresa, vemos que tornar-se uma vendedora é simples, basta se cadastrar. Ao se tornar consultora, a mulher recebe *gratuitamente* uma sacola da empresa e um kit com amostras dos produtos e as revistas – que são o instrumento principal de trabalho das consultoras. Segundo o site, a consultora pode receber, também gratuitamente, cursos de maquiagem entre outros, e a cada cinco anos, um broche com a marca dos cosméticos. A empresa desenvolve diversos tipos de incentivo às consultoras, existe um ranking das melhores vendedoras, que ganham prêmios por sua atuação. São realizados encontros periodicamente, para apresentação e demonstração dos novos produtos, e também para a motivação dessas trabalhadoras. A relação das consultoras com a empresa é mediada pelas “promotoras”. Essas têm um outro tipo de relação trabalhista, que ainda não foi por nós pesquisado. As promotoras são responsáveis por algum setor da cidade, e conseqüentemente pela relação com as vendedoras daquela região.

Dessa forma, até aqui percebe-se a atualidade dessa indústria de cosméticos: por um lado um alto investimento voltado para a pesquisa e desenvolvimento, para a internacionalização da sua distribuição, assim como para o marketing (e o marketing social). Por outro, a atualização de formas precarizadas do trabalho, vendedoras que recebem “gratuitamente” cursos, broches e sacolas, numa relação de trabalho que não se estabelece como trabalho. Não são vendedoras, são consultoras. Não recebem capacitação para o seu trabalho, mas ganham cursos; não recebem os instrumentos necessários para sua atividade mas ganham amostras e catálogos. Por um lado, alta tecnologia, produtos de qualidade, imagem de empresa moderna; por outro a reprodução de formas totalmente desreguladas do trabalho.

As consultoras

É difícil definir perfis das vendedoras. Mas há características constitutivas da relação de trabalho e da situação socio-econômica que *a priori* podem ser definidas. Nessa indiscernibilidade, muitas consultoras têm na atividade mais uma forma de sociabilidade do

que uma ocupação propriamente dita. São aquelas mulheres que se cadastraram, têm os catálogos em casa, e vendem para amigas ou compram elas mesmas os produtos. Para essas mulheres, a venda não está diretamente relacionada a geração de renda, mas muito mais ao consumo dos produtos e às vivências que giram em torno dele. Percebemos este tipo de relação com a venda geralmente com donas de casa, que não saem e nem saíam para trabalhar fora de casa. Há um segundo tipo de relação, daquelas mulheres que têm uma outra ocupação como atividade principal, e a venda dos produtos como uma forma de complementar a renda. São manicures, secretárias, entre outras trabalhadoras do setor de serviços que fazem a venda no seu próprio local de trabalho. Pode-se afirmar que há uma outra categoria de vendedoras, as quais têm a venda como sua atividade principal. Para essas há uma relação de trabalho mais claramente estabelecida, algumas até mesmo estabelecem uma jornada diária de trabalho como consultoras.

Muitas dessas mulheres estão desempregadas há alguns anos, encontraram nas vendas uma atividade que garanta alguma geração de renda. Mulheres que já estiveram no mercado de trabalho, mas não conseguiram mais encontrar um emprego. Para essas mulheres, a atividade aparece inicialmente como um “bico”, tornando-se para muitas sua principal fonte de renda. São essas consultoras que em dado momento constituem uma relação outra com essa ocupação, estabelecem por conta própria uma jornada de trabalho. Em uma conversa breve, uma vendedora nos fala: “depois que meus filhos saem para escola, saio para a rua a uma da tarde e só retorno às 20hs. Todos os dias da semana.” Quanto a sua relação com o trabalho, “meu sonho é virar promotora”, o que significaria outro estatuto de sua atividade na sua relação com a empresa, ser promotora significa ter jornada e local de trabalho definidos, salário fixo e prêmios (baseados nos índices de venda de suas unidades).

Para outras muitas mulheres, a atividade de venda se realiza dentro do seu local de trabalho. Têm uma ocupação principal, que não é a das vendas. Em sua maioria, do que verificamos, são trabalhadoras do setor de serviços, realizam as vendas nos intervalos, na hora do almoço. Essas mulheres viram uma referência da marca de cosméticos dentro de seus trabalhos. E então, fica posta a indiscernibilidade dessa atividade. Não são consultoras no sentido de que não se reconhecem enquanto tais, a atividade da venda aparece como uma atividade que não é trabalho, não é uma ocupação, é algo para o qual não temos nome, que significa nada além do que um complemento de renda. A manicure, a secretária, a faxineira, a

enfermeira, entre tantas outras ocupações de baixa remuneração – e nem sempre de baixa qualificação – levam consigo os catálogos para o local de trabalho, todos os trabalhadores dali se tornam clientes em potencial, mas elas não aparecem como vendedoras, aquela é simplesmente uma atividade paralela.

Do que pesquisamos, para as donas de casa que se tornam revendedoras a atividade não é vivenciada como um trabalho, no entanto, aparece como uma atividade possível para quem não pode sair de casa para trabalhar.

A questão da heterogeneidade sócio-econômica dá a dimensão das reconfigurações do trabalho nessas últimas décadas. Há um grande número de consultoras na periferia da cidade, mas elas também vêm dos bairros de classe média: mulheres até com o segundo grau ou superior completo, que não conseguem encontrar um emprego formal na cidade, ou que têm empregos que demandam uma atividade paralela como complemento de renda.

A precarização do trabalho e o desemprego estão no cerne do crescimento do número de consultoras. Mulheres desempregadas, mulheres que cada vez mais têm ocupações de baixa remuneração, mulheres que vivem a instabilidade das ocupações informais. Para todas essas, a venda dos produtos torna-se uma forma de garantir alguma geração de renda.

Alternativas para geração de renda compõem cada vez mais o vasto e indefinido campo da informalidade. Podemos destacar elementos fundamentais desse campo, tais como a instabilidade, o tempo de trabalho incontável, a dificuldade em delimitar qual o lugar desse trabalhador no processo produtivo; no entanto, muitas dessas atividades, ainda que provisórias e precárias, são vividas como uma ocupação. Podem não ser vividas como um emprego – dada a ausência de jornada e local de trabalho definido – mas há um cotidiano que se estabelece a partir dessas atividades na maioria das vezes. No que concerne à atividade das consultoras, entre outras atividades que se inserem no chamado sistema de vendas diretas, essa relação de trabalho fica obscurecida, mulheres que não conseguem nem mesmo definir o quanto retiram por mês com essa atividade, o quanto dedicam de seus dias à venda, dado que esta permeia e está imbricada com outras atividades que compõem o seu dia.

Um aspecto importante a ser analisado sobre o obscurecimento dessa relação de trabalho é o fato de que as consultoras são também consumidoras dos produtos dessa empresa. Há uma outra diferenciação importante para pensarmos nesse aspecto: entre as vendedoras há aquelas que coletam os pedidos, e só conseguem entregar os produtos quando atingiram a

pontuação necessária, e aquelas que investem nos produtos – fazem um estoque dos produtos mais vendidos, garantindo assim uma entrega mais rápida. Esse segundo grupo de vendedoras, pelo que observamos, consegue obter maior renda com a venda dos produtos, o fato de não haver a demora na entrega garante a fidelidade das clientes. Para tanto, é preciso que haja uma outra fonte de rendimento, que garanta a realização do estoque. Nos deparamos com histórias de mulheres que montaram pequenas “lojas”, com o investimento de seus maridos, por exemplo. Além do estoque, há a formação de redes de trocas entre as vendedoras – pela internet, ou entre conhecidas de uma mesma região – o que também garante a acessibilidade aos produtos.

No caso das vendedoras que têm que juntar os pedidos para alcançar a pontuação, ocorre um outro processo. Para garantir que a entrega seja feita, a consultora encomenda produtos que não foram pedidos. Resultado, muitas consultoras tornam-se consumidoras do que vendem, obscurecendo mais ainda a relação -- é comum a renda proveniente da venda ser revertida na compra de produtos para consumo próprio.

Tanto em um caso como em outro, não é a empresa que corre riscos, são as vendedoras. Caso o estoque não tenha saída, o prejuízo é da vendedora, caso algum cliente não pague pelo pedido é a vendedora que está em dívida com a empresa, e o que é principal, ao tornarem-se consumidoras, o custo da atividade da venda reverte-se para a empresa na venda de mais produtos.

Portanto, esse é um caminho para pensarmos na informalidade não só como a ausência de regulação do trabalho, mas também como a diminuição dos riscos para a empresa. As perdas na distribuição estão muito mais presentes para as consultoras do que para a empresa, isto é, as consultoras arcam com os riscos da venda. O fato é que atualmente, muitas vendedoras estão endividadas, seja por seu próprio consumo, seja pela inadimplência de clientes.

Além de serem consumidoras-vendedoras, essas mulheres também realizam um outro trabalho, do marketing direto. O fato de haverem consultoras por toda a cidade é também o fato de que a propaganda da empresa está em qualquer lugar. Mulheres que demonstram os produtos, explicam o uso, expõem seus catálogos, realizando cotidianamente e intensivamente a difusão da marca. Novamente, retornamos à indiscernibilidade do processo produtivo e de comercialização: mulheres que trabalham para a empresa numa atividade que não aparece

como trabalho, realizando – sem qualquer tipo de remuneração – o marketing direto nos mais diversos locais da cidade.

O contexto da precarização do trabalho

A precarização do trabalho hoje se constitui mundialmente por meio das terceirizações, subcontratações e por diversas formas de flexibilização do trabalho. No Brasil, pode ser definida pelo aumento de ocupações sem carteira assinada, contratos de trabalho temporários, por trabalhadores que são demitidos e tornam-se prestadores de serviços, assim como pelo crescimento de atividades que não passam por nenhuma forma de regulação e compõem o campo cada vez mais vasto das atividades informais. A ausência de regulação significa que o trabalhador não terá mais seu tempo de trabalho regulamentado, assim como os direitos e proteções que estão diretamente vinculados ao trabalho regulado. A precarização do trabalho se traduz, portanto, em relações de trabalho que não têm mais uma jornada definida, uma relação salarial estabelecida assim como direitos garantidos.

Tal processo tem de ser compreendido num contexto de inovação produtiva e de transnacionalização da produção. A primeira possibilitou o desemprego de mão de obra no setor industrial. Mundialmente, milhares de trabalhadores dos mais diversos ramos de atividade foram e são substituídos pela automatização da produção.

A transnacionalização da produção possibilita uma mobilidade do capital de recuo e avanço frente às organizações e resistência dos trabalhadores em todo o mundo (Silver, 2006; Portes, 1989); e ainda, o aproveitamento da ausência de proteções sociais e da força de trabalho rebaixada dos países subdesenvolvidos (Silver, 2006; Sassen, 1998). A possibilidade de extensão das cadeias produtivas por mais diversos países propicia uma desvinculação progressiva do capital com o social: o fechamento de fábricas – e migração da produção para outro país, as demissões em massa destituem o poder de negociação dos trabalhadores assim como possibilitam relações de trabalho cada vez mais precarizadas, no sentido de serem desreguladas e menor remuneradas.

A precarização do trabalho, portanto, assumiu as mais diversas formas e consequências nessas décadas. Em países desenvolvidos, o Estado do Bem Estar é reconfigurado por meio dos desmanches sociais, da desregulação do trabalho e do desemprego (Castel, 1998; Wacquant, 2001). Por outro lado, países subdesenvolvidos -- que desde sempre foram o *locus*

da exploração e da má remuneração da mão de obra, seja pela não consolidação de um Estado Social, seja pela relação fundante dessas sociedades entre pobreza e rebaixamento da força de trabalho (Oliveira, 1978) -- também apresentam novas formas de precarização do trabalho, formas essas que combinam antigas e modernas relações de trabalho desreguladas e desprotegidas socialmente. (Sassen, 1998; Pochmann, 2004; Portes & Hoffman, 2003; Antunes, 2006).

Tomando como referência um modelo industrial fordista/de assalariamento, que possibilitava a crítica acerca das relações de produção, uma visualização do lugar do trabalhador no processo produtivo, assim como uma teorização acerca das formas e meios da acumulação na cidade, coloca-se a reflexão: quais as referências sociológicas para pensar e reconhecer a centralidade de uma força de trabalho não só cada vez mais excluída das relações de trabalho regulamentadas como cada vez mais desempregada? A relação entre desemprego e mobilidade do capital vêm possibilitando relações de trabalho que se recriam e se atualizam, nas mais diversas formas e extensões. As subcontratações, terceirizações, entre outras relações ainda sem nome, hoje são fundantes nas antes “cadeias” que agora se configuram como redes de produção e distribuição. Torna-se difícil delimitar as etapas da produção e distribuição de uma empresa, e nesse exercício de reconhecimento certamente deparamo-nos com os contingentes de trabalhadores desempregados que passam a integrar as mais diversas formas de sub ocupação, de atividades precárias, de relações de trabalho que muitas vezes não estão baseadas em qualquer tipo de garantia ou contratualidade, e, quando estão, não necessariamente têm condições dignas de trabalho ou de remuneração.

A centralidade do trabalho informal nas redes de produção e distribuição

A metrópole é compreendida como o lugar da espacialização e da possível visibilidade do processo produtivo. Partindo da atual dificuldade teórica de delimitar o lugar do trabalhador nas relações de produção, buscamos demarcar o deslocamento de referências que já puderam orientar a teoria, tendo o urbano como o espaço empírico dessas reconfigurações.

Mike Davis, em Planeta de Favelas, analisa o crescimento populacional das metrópoles nas últimas décadas que, no entanto, não foi acompanhado pelo crescimento econômico. Nessa “expansão urbana perversa” (Davis, 2006) forma-se um imenso “proletariado informal” (Portes & Hoffman, 2003; Davis, idem): milhares de trabalhadores, desempregados,

subocupados, que se tornam micro-empresendedores, “autônomos”, “por conta própria”, fazedores de “bicos” entre outras definições do trabalho precário. Alejandro Portes e Kelly Hoffman problematizam no mesmo sentido, relacionando os últimos vinte anos de políticas neoliberais com a concentração da riqueza, o aprofundamento da desigualdade social, a formação de uma classe de microempresendedores e o aumento do contingente de trabalhadores informais (Portes & Hoffman, 2003). Dados apresentados pela OIT em 2006 indicam que há 103 milhões de trabalhadores informais na América Latina. No Brasil, o índice de trabalhadores informais está próximo dos 50% nas principais regiões metropolitanas do país (OIT, 2006).

Nas últimas décadas, a discussão acerca do conceito de informalidade complexifica-se. Comumente associado à pobreza, à marginalidade e às formas não modernizadas de trabalho, sociologicamente o trabalho informal tem de ser entendido pela sua centralidade na economia: impossibilita-se uma abordagem que pense na economia informal como eufemismo da pobreza, constitui-se como forma específica das relações de produção, residindo no cerne de muitas sociedades (Oliveira, 1978; Portes & Castells, 1989; Sassen 1989; Portes & Hoffman, 2003; Willians & Winderbank, 1998). As formas mais modernas e sofisticadas da produção têm em sua cadeia produtiva relações de trabalho precarizadas: muitas delas compõem o campo das ocupações informais³.

A discussão em torno do trabalho informal inicia-se na sua própria nomeação. Trabalho informal, emprego informal (Willians e Winderbank, 1998), economia informal (Sassen, 1989; Portes & Castells, 1989), trabalho desregulado. Termos que sempre poderão ser criticados, dado que ocupações informais podem passar por algum tipo de regulação; e, principalmente, por não ser possível uma separação dualista entre formal e informal, dado que o campo de atividades da informalidade está profundamente imbricado com a economia formal. O termo informalidade refere-se a um campo de relações de trabalho muitas vezes irreconhecíveis -- dada a sua ausência de qualquer regulação socialmente estabelecida -- que, no entanto, configuram as formas mais atuais da acumulação capitalista. O que está em

³ Saskia Sassen, ao investigar o trabalho informal em Nova York, encontrou uma relação entre pequenas oficinas de marcenaria dos bairros pobres da cidade e as grandes empresas de mobiliário (Sassen, 1989). No ramo da indústria têxtil brasileira, por exemplo, o produto final pode ter passado pelas mãos de bordadeiras que trabalham em casa, cooperativas de costureiras, entre muitos outros pequenos empreendimentos que passam a “prestar serviço” para fábricas de vestuário (prestação de serviço que pode ser formalizada no trabalho de cooperativas, por exemplo, ou assumir relações de trabalho quase que escravistas, com imigrantes ilegais)

questão é que o trabalho informal tem de ser compreendido na sua centralidade na produção, o que demanda uma abordagem que ultrapasse a oposição entre formal e informal para alcançarmos os elos que hoje compõem as cadeias produtivas, nas quais o trabalho informal muitas vezes compõe tanto etapas da produção quanto de distribuição e circulação de mercadorias.

A terceirização, os contratos temporários, as subcontratações invalidam categorias que já orientaram a reflexão acerca do mercado de trabalho e das relações de produção. Grandes empresas hoje contratam empresas menores, estas caracterizadas como prestadoras de serviços, as quais estabelecem relações de trabalho pouco ou nada regulamentadas. (Sassen, 1989 & 1998b). Trabalhadores altamente qualificados tornam-se autônomos, prestadores de serviços. Nas periferias da cidade crescem os pequenos empreendimentos que não geram lucro, apenas garantem a sobrevivência. Maria Cristina Cacciamali refere-se a um “Processo de Informalidade” que expressaria a atualização e o estabelecimento de relações de trabalho não assalariadas que hoje têm de ser entendidas em um contexto de internacionalização dos mercados e flexibilização do trabalho (Cacciamali, 2000). A informalidade assim, deixa de estar essencialmente associada às atividades de baixa remuneração e qualificação, torna-se constante nos trabalhos de alta qualificação. Nesse mesmo sentido, se na década de 70 e 80 o trabalho informal parecia estar associado às economias dos países “em desenvolvimento”, hoje a desregulação do trabalho também compõe o cenário dos países desenvolvidos.

A informalidade traz consigo a dificuldade de mapear quem trabalha para quem, qual o tempo de trabalho desse trabalhador informal, e, conseqüentemente reconhecer como este está inserido nas redes de produção e distribuição que se estendem do nível local a um nível multinacional.

No caso da relação de trabalho aqui estudada, quem trabalha para quem está definido e reconhecido, o que se obscurece é que essa é uma relação de trabalho. Dessa forma, estabelece-se uma relação que não aparece como uma forma precarizada de trabalho. Uma atividade paralela, um meio alternativo de gerar renda; para uma parcela das revendedoras um ocupação que tem até jornada definida. Por um lado, 500 mil mulheres que se tornaram responsáveis por praticamente toda a comercialização dos produtos sem qualquer tipo de garantia ou direito; por outro, a empresa que cada vez mais é reconhecida como uma das maiores empresas do Brasil que realizam uma produção socialmente responsável.

Considerações finais

O estudo de caso aqui apresentado aponta para a atualização de antigas relações de trabalho, a qual é central para se problematizar sobre o elo entre as reconfigurações do trabalho e as formas contemporâneas da acumulação.

A questão se inicia pela própria nomeação da atividade analisada. Vendedoras que não são vendedoras, são consultoras. Em uma atividade que ora aparece como um trabalho, ora aparece como um meio de sociabilidade, ora como um meio de consumo. Independentemente de como as vendas apareçam, o fato é que mais de meio milhão de pessoas realizam a distribuição e, em alguma medida (imensurável), o marketing da empresa. Ficam as dificuldades de classificar e delimitar a relação de trabalho que está posta. Tomamos essa ocupação como um trabalho informal, no sentido de que não passa por qualquer regulação, não há contrato de trabalho, não há jornada definida, não há assalariamento.

Essa relação de trabalho não pode ser chamada de uma “nova” forma de precarização. O sistema de vendas existe há várias décadas, a empresa em questão mantém esse tipo de relação há mais de 30 anos. No entanto, há uma atualização dessa relação de trabalho, que tem de ser compreendida no contexto de um desemprego que se tornou estrutural e de uma informalidade que se reconfigurou (Portes e Castells, 1989; Cacciamali, 2000; Lima, 2002).

Observando a heterogeneidade do perfil social das vendedoras, se ampliamos a escala de análise (Revel, 1998), é possível intentar discernir os elos do trabalho que configuram o urbano. Elos entre desemprego, reconfigurações do trabalho e as formas contemporâneas da acumulação que se realizam na cidade. Mulheres desempregadas, que passam tardes andando pelos bairros pobres em que moram, vendendo os produtos de casa em casa. Secretárias, que ocupam cargos mal remunerados nas empresas multinacionais que se estabelecem nos novos centros da cidade; com elas, os produtos que são vendidos nos intervalos do trabalho. Trabalhadoras de classe média que procuram atividades alternativas frente à dificuldade de manter a renda familiar. Donas de casa que buscam meios de contribuir com orçamento familiar quando seus cônjuges que se tornaram desempregados. O perfil dessas mulheres é extremamente variado: têm diferentes qualificações, trajetórias profissionais, situações ocupacionais, idades e renda familiar. Essa heterogeneidade nos permite, de certa forma,

alcançar diferentes formas da precarização do trabalho, que vão além da própria venda dos produtos.

É possível afirmar que, frente a um desemprego que se torna estrutural, há um enorme contingente de vendedoras em potencial que se espalha pela cidade. A facilidade em tornar-se vendedora, aliada ao fato de que essa é uma atividade que é realizada inteiramente de acordo sua disponibilidade e dedicação faz com que hoje essa atividade torne-se uma saída esporádica ou definitiva para muitas mulheres.

No entanto, diversamente de várias atividades da informalidade que não têm o elo entre o formal e o informal facilmente discernível, a relação de trabalho dessa empresa está publicamente afirmada. Há a empresa, com sua produção completamente regulamentada, e há as vendedoras, quem reconhecidamente realizam a distribuição dos produtos. O ponto central da análise é que, a relação é claramente definida, mas não enquanto um trabalho. Não há nome que sociologicamente hoje defina qual o estatuto da atividade dessas pessoas.

“Formalmente”, o vínculo entre a empresa e as consultoras está definido nos 30% que ganham sobre o preço dos produtos vendidos. No entanto, a relação que se estabelece não parece ser aquela entre o “representante comercial” e a empresa. O material de trabalho das consultoras é em parte comprado por elas, tais como amostras de perfumes e maquiagens; os catálogos e sacolas são dados “gratuitamente”; muitas vendedoras assumem essa atividade de formas muito diferentes da relação usual entre um revendedor e uma empresa.

Pensando objetivamente na constituição da identidade dessas revendedoras, podemos levantar alguns pontos centrais que permeiam a dificuldade em definir sua atividade como um trabalho. O tempo empreendido nessa atividade é praticamente imensurável, a venda geralmente ocorre permeada por outras atividades: durante a jornada de trabalho, o encontro com amigas, vendas de outros produtos de outras marcas. A renda proveniente dessa atividade também é difícil de se contabilizar; entre o preço determinado pela empresa e a comissão recebida perpassam os descontos dados, o montante investido em produtos para as próprias vendedoras – dado que muitas são consumidoras assíduas dos produtos que revendem -- e também para a formação de um estoque que garanta a fidelidade de clientes; a inadimplência que acaba sendo coberta pelas próprias revendedoras; enfim, a renda proveniente das vendas mistura-se com o gasto em consumo dos produtos aliado aos riscos que essas mulheres correm.

Concluindo, a questão é que a precarização garante que hoje milhares de mulheres se tornem consultoras, independentemente da renda que isso lhes traga. Por um lado a precarização e o desemprego, por outro, um trabalho que não aparece enquanto tal, e assim mulheres que estão dentro e fora do mercado formal de trabalho passam a dedicar horas de seu dia para uma atividade que não é vivenciada, para grande parte delas, como uma ocupação.

Portanto, a observação da relação dessas pessoas com a atividade das vendas, aliada à análise do crescimento da empresa nas últimas décadas, permite-nos refletir sobre os elos entre o desemprego e formas da precarização que hoje estão no cerne da acumulação. Mulheres de classe média e baixa, qualificadas e de baixa qualificação, empregadas e desempregadas formam um universo que só se amplia e que configura o que em outros tempo denominaríamos de um “imenso exército industrial de reserva”: hoje faz-se necessário encontrar novos referenciais sociológicos que definam as precariedades do mundo do trabalho que atualmente constituem processos como o do espraçamento da revenda – e das revendedoras -- desses produtos por toda a cidade.

Referências Bibliográficas

- ABÍLIO, Ludmila. **Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: Trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo : USP, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo : Boitempo, 1999.
- _____. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo : Boitempo, 2006.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Zero à esquerda**. São Paulo : Conrad, 2004.
- _____. **Extinção**. São Paulo : Boitempo, 2007.
- BODEN, M & MILES, I. **Services and the knowledge-based economy**. New York : Continuum, 2000.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Globalização e processo de informalidade*. **Economia e sociedade**. Campinas : Unicamp, n.14, junho 2000.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis : Vozes, 1998.

- COMIN, Alvaro; CARDOSO, Adalberto & GUIMARÃES, Adalberto M. *Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira*. In: GUIMARÃES, Nadya e HIRATA, Helena (orgs). **Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo : Senac, 2006.
- DAVIS, Mike. *Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal*. In: SADER, Emir. **Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review**. São Paulo : Boitempo, 2006.
- _____. **Planeta Favela**. São Paulo : Boitempo, 2006.
- FERNANDES, Florestan (org.). **MARX e ENGELS. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo : Ática, 1989.
- FERREIRA, João S. W. **São Paulo: o mito da cidade-global**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2003.
- LEPETIT, Bernard. **Por uma história urbana**. São Paulo : EDUSP, 2001.
- NORONHA, Eduardo. *Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.18 no.53 São Paulo Oct. 2003
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: Crítica a razão dualista*. In: **Estudos Cebrap n.2**. São Paulo, 1972.
- _____. **Crítica a razão dualista/ O ornitorrinco**. *O ornitorrinco*. São Paulo : Boitempo. 2003a.
- _____. “O Estado e a Exceção: Ou o Estado de Exceção?”. Conferência de abertura da Reunião Anual da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belo Horizonte. Maio de 2003b.
- POCHMANN, Márcio. **A metrópole do trabalho**. São Paulo : Brasiliense, 2001.
- PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel & BENTON, Lauren (orgs.). **The informal Economy. Studies in advanced and less developed countries**. Baltimore e Londres : The John Hopkins University Press, 1989.
- REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro : FGV, 1998.
- SADER, Emir (org.). **Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review**. São Paulo : Boitempo, 2006.

SASSEN, Saskia. *New York City's Informal Economy*. In: PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel & BENTON, Lauren (orgs.). **The informal Economy. Studies in advanced and less developed countries**. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1989.

_____. **Globalization and its discontents. Essays on the new mobility of people and money**. Nova York: The New York Press, 1998.

_____. **As cidades na economia mundial**. São Paulo : Studio Nobel, 1998.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro : Record, 2003.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2001.

WILLIAMS, Colin & WINDERBANK, Jan. **Informal Employment in the advanced economies. Implications for work and welfare**. Londres : Routledge, 1998.

WILSON, William J. **When work disappears. The world of the new urban poor**. Nova York : Vintage books edition, 1996.

Sites consultados

Site ABVD:

<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura69.asp>

Site Valor Online:

<http://www.valoronline.com.br/vsocial/pdf/2005/GP-Natura.pdf>

Site Clipping INPE:

http://www5.inpi.gov.br/menu_direito/saladeimprensa/clipping/outubro06/20-10-2006-2.doc

Site Portal Exame:

<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0871/mm/m0082725.html>

Site Folha Online:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u114831.shtml>

Site O Estado de São Paulo:

Site Fapesp:

<http://watson.fapesp.br/PITE/Biologicas/indnatu.htm>

Site instituto socio ambiental:

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2261>

Site Finep:

http://www.finep.gov.br/PortalDPP/relatorio_setorial/impressao_relatorio.asp?lst_setor=28

Site Puc – RJ – Banco de teses:

http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310785_06_cap_04.pdf

Site Revista BNDES:

<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev2403.pdf>

Site arcoweb:

<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura69.asp>